

A CENTRALIDADE DO DESEMPENHO NA GESTÃO ESCOLAR: a qualidade da educação no contexto das avaliações em larga escala no Marajó-PA

LUANA SANTOS NASCIMENTO SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
luasnas7@gmail.com

ÉMINA SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
emina@ufpa.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O presente resumo integra uma dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), da Universidade Federal do Pará (UFPA), vinculada à linha de pesquisa Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica. O estudo tem como objetivo analisar de que modo a centralidade atribuída ao desempenho nas avaliações em larga escala incide sobre a gestão escolar e sobre as concepções de qualidade da educação nos municípios do Marajó (PA). Para a compreensão da qualidade da educação básica no contexto dessas avaliações, o trabalho fundamenta-se em contribuições teóricas de autores que oferecem suporte analítico à problemática investigada.

Considerando esse contexto, a gestão escolar, nos últimos anos, tem sido fortemente impactada pelas ações que assumem as avaliações em larga escala. Esse modo de avaliar se consolidou como um dos principais elementos das políticas educacionais no contexto brasileiro e essas avaliações passaram a ocupar posição de destaque (Soligo, 2010). No Brasil, a implementação dessas avaliações se deu, de forma inicial, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tal qual ocupa a função principal na aferição do desempenho educacional dos alunos (Cária e Oliveira, 2015).

A partir desse cenário, a centralidade do desempenho suscita grandes impasses, especialmente quando é levado em consideração que os indicadores oficiais de qualidade se constituem, predominantemente, em resultados padronizados de



aprendizagem, ignorando as múltiplas dimensões que constituem o processo educativo, sobretudo em regiões distantes dos grandes centros urbanos, atravessadas por condições sociais desiguais. Diante disso, coloca-se a seguinte questão: Como a centralidade do desempenho nas avaliações em larga escala influencia a gestão escolar e a compreensão da qualidade da educação em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas, como o Marajó-PA?

DESENVOLVIMENTO

A análise aqui sistematizada, tem como base as orientações defendidas a partir da gestão democrática, uma vez que Lück (2009), de modo amplo, realça que a gestão escolar inclui de maneira integrada o trabalho desenvolvido pela direção, coordenação ou supervisão pedagógica, além da orientação educacional e secretaria, sendo uma junção no qual todos compõem a equipe de gestão da escola. Sob à luz do princípio da gestão democrática, a autora evidencia que esse processo não se delimita as funções formais: engloba a contribuição ativa dos docentes e de toda a comunidade escolar, sendo, então, uma atuação que coletivamente fortifica a realização da gestão de cunho democrático, empenhada com a garantia de uma educação de qualidade para todos os discentes.

Entretanto, a perspectiva de gestão democrática entra em tensão com a centralidade atribuída aos indicadores de qualidade no contexto das avaliações em larga escala. Quando os resultados padronizados passam a constituir o principal parâmetro de qualidade educacional, observa-se a indução de práticas de gestão orientadas pela lógica dos índices. Tal movimento tende a restringir a participação coletiva e a autonomia dos sujeitos escolares. Nesse cenário, a atuação da gestão passa a ser, em certa medida, direcionada por demandas externas, deslocando o foco de uma construção democrática do trabalho pedagógico para o alcance de resultados previamente estabelecidos.

Com o intuito de alcançar bons resultados nas avaliações em larga escala, gestores públicos buscam responder às exigências das agendas políticas educacionais, que, nesse processo, implementam estratégias de gestão em torno do cumprimento de metas, bem como a elevação dos índices de desempenho. Essa busca incessante por resultados a partir das estratégias que são impostas assume um caráter que, certamente, se assemelha às lógicas do mercado, sobretudo mediante a pressão por resultados (Cária e Oliveira, 2015).



Nessa direção, podemos destacar que tais mecanismos de avaliação da qualidade da educação mostram-se insuficientes diante das especificidades de cada contexto. A centralidade atribuída ao desempenho em duas disciplinas (português e matemática), aliada à busca por índices elevados, reforça uma lógica de gestão gerencial, intensificando a competição por resultados e produzindo efeitos no cotidiano da escola, como: o estreitamento do currículo uma vez que há uma priorização de conteúdos cobrados nas avaliações; a intensificação do trabalho docente; direcionamento das práticas pedagógicas para o treinamento dos testes.

Além disso, esse cenário pode gerar desgaste psicológico nos profissionais da educação, enfraquecer processos participativos e reduzir a autonomia da escola na construção de seu projeto pedagógico. Dessa forma, é válido evidenciar que os indicadores de desempenho não são capazes de expressar, de forma abrangente, a qualidade da educação, especialmente em realidade como a do Arquipélago do Marajó, onde, segundo o Mapa de Exclusão Social do Pará, dentre as regiões que integram o Pará, o Marajó, em 2022 e 2023, foi o território que apresentou o maior índice de pobreza alcançando 80,17 e 71,21%, o que evidencia um cenário alarmante na região marajoara (FAPESPA, 2023).

Diante desse contexto, destacamos que essas condições incidem diretamente sobre os processos educativos, e essa percepção vai ao encontro do que Ribeiro et al. (2017) apontam, os quais dizem que as desigualdades econômicas e sociais afetam o campo educacional, na medida em que a educação se constitui como um dos principais instrumentos de desenvolvimento social e garantia de direitos. Essa concepção dialoga com o contexto marajoara, onde os indicadores educacionais tendem a ocultar as desigualdades socioeconômicas que perpassam a escolarização de sujeitos que vivem uma realidade de precarização.

Nesse sentido, quando dissociada de uma reflexão crítica sobre as condições sociais e institucionais da escola, a avaliação externa corre o risco de reforçar desigualdades já existentes. Como adverte Afonso (2009, p. 1194), a avaliação, ao ser mobilizada prioritariamente como mecanismo de regulação, “contribui para a legitimação de assimetrias educativas”, ao mesmo tempo em que esvazia seu potencial formativo. Assim, mais do que revelar a qualidade da educação, os indicadores acabam expressando



as desigualdades estruturais do próprio sistema de ensino, deslocando para a escola responsabilidades que extrapolam seu campo de atuação.

CONCLUSÕES

Dado o exposto, em nossos achados preliminares, entendemos que a centralidade do desempenho nas políticas educacionais a partir das avaliações em larga escala, delimita a compreensão da qualidade da educação. Quando priorizado os resultados padronizados, ignoram as múltiplas dimensões do processo educativo, especialmente em contextos fortemente marcados por desigualdades estruturais, como o Marajó. Frente a isso, os indicadores de desempenho findam refletindo essas desigualdades, assim como apertam a gestão escolar entre a lógica democrática e as imposições por resultados. Ainda, as condições de trabalho docente, infraestrutura escolar, contextos de vulnerabilidade social e especificidades culturais dos territórios tendem a ser secundarizadas, quando não completamente invisibilizadas nesse processo avaliativo.

Logo, isso não significa negar a importância das avaliações externas, pelo contrário. Como destacam Chirinéa e Brandão (2015), elas podem contribuir para que a própria escola reflita sobre suas fragilidades e potencialidades. Entretanto, o problema central está no uso que se faz desses resultados, especialmente quando são mobilizados como mecanismos de coerção estatal, vinculados ao cumprimento de metas de eficiência e produtividade. Nesses casos, a avaliação perde seu caráter formativo e passa a operar como instrumento de controle.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1185–1200, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

CÁRIA, Neide Pena; OLIVEIRA, Sandra Maria. **Avaliação em larga escala: gestão da**



qualidade da educação. Revista de Ciências Humanas, v. 16, n. 26, p. 22-40, 2015. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistadech/article/view/1477/1853>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CHIRINÉA, Ana. Maria; BRANDÃO, Carlos. Fonseca. **Avaliações externas e qualidade da educação: limites e possibilidades.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, n. 132, p. 459–478, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, v. 1, p. 18, 2009.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). **Mapa da exclusão social do Pará 2023.** Belém: FAPESPA, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/mapa-da-exclusao-social-do-estado-do-para/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SOLIGO, Valdecir. **Possibilidades e desafios das avaliações em larga escala da educação básica na gestão escolar.** Revista online de Política e Gestão Educacional, n. 9, p. 1-15, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9275>. Acesso em: 24 mar. 2026.

